



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Acta da Sessão Ordinária realizada em 2009/04/28

Aos vinte e oito dias do mês de Abril, do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Vinhais, no Auditório da Casa do Povo, às catorze horas, e quarenta e cinco minutos foi declarada aberta a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte:

PRESIDENTE: Nuno José dos Santos Teixeira da Costa Gomes;

1.º SECRETÁRIO: Eduardo Vicente Roxo;

2.º SECRETÁRIO: Eduardo Manuel Martins Rodrigues.

Apresentaram justificação de falta os membros Senhores, José Augusto Gonçalves Nunes e Octávio Manuel Gonçalves Ferro pelo que a falta foi considerada justificada.

Foi considerada falta injustificada, na sessão de vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e nove, o membro Senhor, José Augusto Gonçalves Nunes, por não ter apresentado qualquer justificação.

Verificada que foi a existência de quorum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte:

- 1 - Período de Antes da Ordem do Dia.
- 2 - Ordem do Dia.
- 2.1 - Apreciação e votação da acta da sessão anterior;

2.2 - Leitura resumida do expediente;

2.3 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal;

2.4 - Período de intervenções;

2.5 – 1.^a Revisão ao Orçamento da Receita, 2.^a Revisão ao Orçamento da Despesa e 2.^a Revisão ao Plano Plurianual de Investimento;

2.6 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão – Ano de 2008.

3 - Período reserva

do ao Público.

1 - Período de Antes da Ordem do Dia.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por cumprimentar todos os presentes, dando também as boas vindas ao novo membro da bancada do PSD, o Senhor José Manuel Afonso, e após ter alertado para as habituais recomendações, deu início aos trabalhos, informando que se encontrava aberto para inscrições, o período Antes da Ordem do Dia.

Declarado aberto o período de Antes da Ordem do Dia, interveio a Senhora deputada Lisete Claro que, no uso da palavra, proferiu a Moção que a seguir se transcreve:

“As telecomunicações constituem, nos nossos dias, um instrumento essencial para o desenvolvimento, o bem-estar e a qualidade de vida das populações.

O acesso a meios de telecomunicações de qualidade é cada vez mais um direito fundamental das pessoas.

No concelho de Vinhais, verifica-se que a taxa de cobertura de redes de telecomunicações móveis é muito escassa, com cerca de 60% do território sem cobertura.

A par desta baixa cobertura, há ainda a realçar a baixa qualidade dessa mesma cobertura.

Não se trata apenas do serviço de telemóveis que fica pouco disponível.

A esse facto acresce agora a dificuldade de aceder às redes Internet.

Estes factos acrescentam desigualdade e injustiça às populações de Vinhais, quando comparadas com outros Portugueses.

São injustiças e desigualdades que depois se repercutem, nomeadamente, em menos apoios às empresas, às famílias, aos alunos das nossas escolas, aos nossos doentes.

Esta situação é inaceitável e tem de ser ultrapassada.

Por isso o Partido Social Democrata apresenta a esta Assembleia Municipal esta Moção que visa chamar a atenção do Governo e especialmente do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicação para:

1. A situação de injustiça e de desigualdade que existe no concelho de Vinhais no que tem a ver com o acesso às redes de telecomunicações.
2. A urgência em se ultrapassar a situação, eventualmente, recorrendo a apoios públicos para incentivar as operadoras privadas a garantirem uma cobertura de qualidade nas telecomunicações do nosso Concelho.

Se aprovada, deve esta Moção ser enviada para o Senhor Primeiro-Ministro, para o Ministro das Obras Públicas e para a Comunicação Social.

Assembleia Municipal de Vinhais, 28 de Abril de 2009

O Grupo Parlamentar do PSD.”

O Senhor Presidente da Mesa informou que todos os documentos sujeitos a votação deviam ser apresentados no período da ordem do dia. Por essa razão, a moção apresentada pela Senhora deputada Lisete Claro, iria aguardar votação no ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Solicitou a palavra o membro Senhor António Borges, cuja intervenção escrita se transcreve a seguir:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vinhais

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Senhores Deputados desta Assembleia

Exmos. e caros Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia

Há alguns dias atrás, dentro dos prazos legais, o PSD Vinhais solicitou aos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, que por inerência são Presidentes das Comissões Recenseadoras, ao abrigo do art. 29.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 13/99, de 22 de Março, com as alterações

introduzidas pela Lei n.º 3/2002, de 8 de Janeiro, pelas Leis Orgânicas n.ºs 4/2005 e 5/2005, de 8 de Setembro e pela Lei n.º 47/2008, de 27 de Agosto, cópia informatizada ou fotocópia dos cadernos de recenseamento eleitoral, com vista ao trabalho sobre as eleições europeias, em minuta de requerimento elaborada pelo PSD para todo o país.

Neste âmbito, apesar de, apenas darem cumprimento ao estabelecido na Lei, quero louvar os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia que, porque dominam as tecnologias, nos fizeram chegar o caderno eleitoral da sua Comissão de Recenseamento via email, ou àqueles que nos enviaram os referidos cadernos via fotocópia tendo ou não o PSD que as pagar, o que nunca esteve em causa, apesar da Lei não o prever no caso de existirem informatizados.

Obrigado por darem sentido à palavra democracia. É nestas atitudes que se vêem os efeitos do 25 de Abril!

Outros porém, como que por inspiração divina colectiva, enviaram em carta registada um ofício resposta que contraria o disposto na Lei e consubstancia arrogância no exercício de um cargo público. Como se a atitude não fosse suficientemente disparatada, acresce o facto, dessa carta registada ficar mais dispendiosa para o erário público do que o estrito cumprimento da Lei.

O PSD nunca se recusou a pagar as custas desse processo, como aconteceu na Junta de Freguesia de Vinhais, apesar de a Lei não contemplar esse pagamento.

Em virtude desta atitude dos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia e, após contactar a equipa de apoio do PSD às eleições europeias e o Gabinete Jurídico, vai o PSD Vinhais reclamar desta atitude à Comissão Nacional de Eleições e à Direcção Geral de Administração Interna pela violação da Lei, remetendo as respostas supra-mencionadas, sem prejuízo da responsabilidade criminal a que haja lugar, nomeadamente através da apresentação da competente queixa-crime prevista no Código Penal.

Disse.”

Seguiu-se o membro Senhor Carlos Abel, que começou por cumprimentando todos os presentes, e anunciou que o objectivo da sua intervenção é fazer justiça, relativamente a um item que se passou na sessão última da Assembleia Municipal, onde o Senhor Presidente da

Câmara fez aquilo que é típico fazer, quando apressado pelo PSD, fugiu para a frente, e não olhou a meios, visando uma pessoa que não se encontrava na sala.

Tendo em conta esta situação, sentiu necessidade de fazer a defesa da honra, dessa pessoa, sendo que na altura foi sugerido que deveria ser a pessoa lesada a fazer a sua própria defesa de honra.

Informou os presentes que essa pessoa se encontrava hoje presente, nesta Assembleia, e solicitou à Mesa, autorização para ouvir essa pessoa pronunciar-se, sobre um direito que lhe assiste, que é o de votar contra, a favor ou abster-se em qualquer votação democrática num país livre.

Seguiu-se o membro Senhor Benjamim Afonso, o qual proferiu a intervenção escrita que a seguir se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vinhais

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Senhores Deputados desta Assembleia

Exmos. e caros Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia

Como sempre, tive o privilégio de estar presente na festa de Inauguração da reconstrução da Igreja Matriz da minha freguesia de Agrochão.

E posso dizer que o dia quatro de Abril de 2009 foi e será uma data que permanecerá na memória de todos os residentes de Agrochão não só por se sentirem muito felizes, como também saberem que esta obra só seria possível realizar-se com o apoio da Câmara Municipal.

Um património do século XVIII degradada há vários anos, há muito tempo que a população reclamava pelo restauro da sua igreja e a colocação do relógio na Torre do Templo, mas, como era um trabalho muito moroso tinha que ter um plano bem pensado e muito bem realizado.

Assim, com telhado novo, restauro do interior e exterior das paredes, coro, sacristia, altares, casa de banho, etc. a obra fez-se graças à boa vontade do Senhor Presidente da Câmara Senhor Dr. Américo e naturalmente também à boa vontade do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, assim, como o carinho e empenho do Senhor Padre José Maria, pároco da aldeia, Junta Fabriqueira, e de todos os residentes e não residentes que se esforçaram com

os seus donativos num gesto de solidariedade para que tudo se concretiza-se, obra que muito nos orgulha e satisfaz.

Senhor Presidente da Câmara, considero este evento bem realizado e por este motivo damos-lhe os nossos parabéns e o nosso muito obrigado pela ajuda concedida.

Também aos Senhores funcionários da Câmara, Senhor Empreiteiro “Catita” pois como se vê, o trabalho admirado por todos está à vista.

O nosso muito obrigado.”

Seguiu-se o membro Senhor José Ribas, o qual proferiu a intervenção escrita que a seguir se transcreve:

“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia

Senhores Secretários

Senhor Presidente da Câmara

Senhores Vereadores presentes

Senhores Membros da Assembleia

Ex.mo Público.

Realizada que foi mais uma Feira Franca em Moimenta, no passado fim de semana, quero felicitar vivamente, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Senhor Duarte Pires, bem como os serviços da Câmara Municipal de Vinhais na pessoa do seu legítimo Presidente Senhor Doutor Américo Pereira, pelo incondicional apoio prestado de forma a que aquele Evento apesar do tempo desagradável, tivesse decorrido de modo a que os inúmeros visitantes tecessem os mais elogiosos comentários.

Pela minha parte tive a honra de participar no habitual almoço que culminou com os usuais discursos, neste caso e pela respectiva ordem, do Senhor Presidente da Junta, Senhora Directora do Centro Distrital de Segurança Social Doutora Teresa Barreira e do Senhor Presidente da Câmara Doutor Américo Pereira.

É óbvio que na circunstância, todos os oradores se congratularam e muito bem, pelo início das obras do Lar de Idosos. Fiquei no entanto com a sensação de que alguns dos presentes, talvez por desconhecimento do desenvolver do processo, não deram o devido apreço às palavras proferidas. Por isso, e de forma, a que deste facto não venha alguém com o intuito

de tirar inoportunos dividendos políticos e como “ A César o que é de César” posso transmitir-vos sem qualquer receio de desmentido, que o anterior executivo da Câmara, com quem tive o prazer de trabalhar, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, apesar da boa vontade, não teve praticamente qualquer intervenção neste moroso processo que teve início no já longínquo dia 11 de Fevereiro do ano 2000, dia em que foi criado o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora do Carmo e eleitos os Corpos Sociais. Por ordem cronológica foram dados entre muitos outros, os seguintes passos:

- Estatutos e s/aprovação;
- Publicação no Diário da República em 15.03.2003;
- Aquisição do terreno cedido pela Junta em 20.07.2003;
- Registo definitivo dos Estatutos em 10.03.2004;
- Início da actividade para efeito nas Finanças em 11.05.2006;
- 1.º Formulário de Candidatura ao PARES em 11.05.2006;
- Delegação de competências do Senhor Presidente do Centro, no Secretário que na circunstância sou eu próprio, em 23.05.2006;
- Publicação no Jornal “ Voz do Nordeste” da escritura de aquisição do terreno em 12.09.2006;
- 2.º Formulário de candidatura em 01.03.2007;
- Informação do ISS de que a n/candidatura reunia as condições de aprovação e solicitava a apresentação de um sem número de documentos em 12.05.2008;
- Lançamento da 1.ª pedra e assinatura de protocolos com a Câmara Municipal de Vinhais, Segurança Social e Junta de Freguesia em 05.07.2008;
- Assinatura do contrato com a firma Baltazar & Filhos – Valpaços, em 07.04.2009;
- Auto de consignação em 15.05.2009;
- Início das obras – 17.04.2009.

Quer isto dizer e para que de facto não restem dúvidas, que foi o executivo eleito em 2005, liderado pelo Doutor Américo Pereira, que disponibilizou todos os meios técnicos e humanos para a concretização desta obra que esperamos esteja concluída dentro dos prazos pré-estabelecidos. Pelo facto em nome da Direcção do Centro e por que não dizê-lo da população de Moimenta lhe estamos profundamente gratos.”

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, para proferir a intervenção escrita que a seguir se transcreve.

“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia

Senhores Secretários

Senhor Presidente da Câmara

Senhores Vereadores presentes

Senhores Membros da Assembleia

Ex.mo Público.

Quem me conhece, sabe que sou um cidadão discreto, empenhado e dedicado em tudo o que faço, não pretendo criar protagonismos ou desistir de desafios propostos.

Consciente de que faço o meu trabalho de uma forma isenta e convicta, alicerçada num princípio de desenvolvimento sustentado, para mim e para os Vinhaenses em geral.

No entanto, venho hoje aqui, manifestar o meu profundo descontentamento e grande desilusão, ao invés daquilo que foi decidido por esta ilustre assembleia aquando da criação da comissão permanente.

Foi criada em mim uma expectativa enorme com a minha participação nessa comissão, convencido que este órgão seria o meio capaz de colmatar falhas e lacunas existentes nas decisões de carácter mais complexo.

Pretendia esta comissão, propor, corrigir, observar, enfim, ser um meio de ligação entre esta Assembleia e a sua sede, onde o consenso pudesse imperar.

Não tivemos nós consciência de que entre a linha, auditório e a sua sede se situa a sede da comissão política do PSD.

Assim, o meio de ligação acaba sempre interrompido pelo corte na Rua Nova, por detrás do escuro da noite e das reuniões esporádicas de ocasião, as soluções eram destorcidas e desvirtuadas entre o que se decidia num lado e era apresentado no outro, parecem querer transpor para a comissão permanente o poder que não lhe foi atribuído pelos eleitores.

Entre outros, falo nomeadamente de dois temas importantíssimos, como as Energias Renováveis e as medidas anti-crise, trazidas a esta assembleia, votadas com a decisão de baixar à comissão permanente, entretanto adulteradas por parte da Comissão Política do PSD.

Por falar nestas medidas, que aquando da sua inocente discussão em reunião da comissão permanente, já circulavam pelas caixas do correio, anunciando a desgraça e a miséria que até hoje apenas está na forma como alguns senhores pretendem anunciar o seu estado de espírito.

Em minha opinião, não pode haver crise, diga-se fome, onde nunca houve fartura, estamos todos preocupados, de facto, com os reflexos desta situação, mas estamos a trabalhar de uma forma séria e dedicada, atentos às oportunidades que possam surgir, tentando atenuar esses efeitos, mas temos esperança, sinceramente, muita esperança, porque acreditamos naqueles que nos tutelam.

Não tenho dúvidas que o PSD, se pretende afirmar, na mesma forma e com a mesma estratégia das suas opiniões políticas nacionais ao dizer que aquelas medidas eram as suas, algumas com interesse, outras sem interesse nenhum e muitas delas já há muito implementadas.

Mas é motivo para todos nós questionar-mos, qual o objectivo, o alcance e o efeito destas medidas, até ao momento, apesar de já esquecidas, serviram apenas como um pré-anúncio de nada, de um quase todo candidato, enfim, de mais uma propaganda eleitoral.

Não sei, não quero e não consigo pactuar com esta falta de ética, pelo respeito dos acordos celebrados, pelas decisões tomadas e por aquilo que seria politicamente correcto, por isso estou aqui para alertar esta assembleia da não eficácia desta comissão permanente e se os custos ao erário público, justificam a sua existência, em minha opinião, até ao momento, com produtividade praticamente nula.”

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, que começou por cumprimentar todos os presentes, anunciando que pretendia aqui dizer algumas coisas, sendo que algumas delas, já tinham sido faladas e muito bem por alguns membros ilustres.

Deu os parabéns ao membro Senhor José Ribas, pela Feira Franca da Moimenta, e às gentes de Rebordelo, que têm o Lar em bom andamento, assim como, ao Senhor Presidente da Câmara, por tirar Vinhais da cauda da tabela, no que diz respeito à acção social do concelho, com as instituições que tem vindo a criar, devagarinho e bem.

Deu também os parabéns à equipa da ProRuris, chefiada pelo Senhor Engenheiro Carlos Silva, que considerou ter sido a primeira equipa do concelho que ajudou os Senhores

Presidentes de Junta no esclarecimento dos baldios, um problema tão polémico, que nem a Assembleia da República quis saber, porque dá muita chatice, ou porque nem o discutem.

Quanto à questão da internet referiu que, os Senhores Presidentes de Junta, deste concelho, estão fartos de escrever ao Senhor Primeiro, ao Senhor Segundo e ao Senhor Terceiro Ministro, assim como para todas as tutelas, e a resposta é que os encaminham para as empresas exploradoras das redes.

Respondeu à Senhora deputada Lisete Claro, que os Presidentes de Junta se têm preocupado com o problema, afirmando que todas as Juntas já a têm, assim como todas as escolas e instituições de solidariedade social.

Quanto à carta que recebeu do Senhor Presidente da Concelhia do PSD referiu que, uma coisa é brincar, outra é falar a sério. Porque se o membro Senhor Carlos Costa tivesse pedido para fotocopiar os cadernos, estes teriam sido fotocopiados sem problemas. Porque uma coisa é oficializar para as Juntas de Freguesia como Presidente da Concelhia do PSD, e ser reconhecido como tal.

Como Presidente da Junta de Ervedosa, não votou para Presidente da Concelhia, por essa razão não sabe se o membro Senhor Carlos Costa é ou não Presidente, razão pela qual pediu uma prova dessa qualidade, sendo que depois forneceria nos termos da Lei, os referidos cadernos, após terem sido pagas as despesas que são mínimas

Esclareceu que, se fosse o Senhor Presidente da Concelhia do PSD a solicitar, e tendo em conta que, os amigos do membro Senhor Carlos Costa do PSD de Vinhais, terem dito que, nunca votaram no membro em causa, não podia fazer outra coisa, a não ser a atitude que tomou ao pedir a credencial.

Como não foi fornecida a referida credencial, não chegou a ser entregue o caderno que o membro Senhor Carlos Costa solicitou.

O Senhor Presidente da Mesa lembrou que na intervenção feita pelo membro Senhor Carlos Abel, foi solicitado à Mesa autorização para conceder o uso da palavra ao Senhor Vereador António Frias Vieira, para defesa de honra.

Comunicou que a Mesa entendeu conceder a palavra ao Senhor Vereador António Frias Vieira, o qual no uso da palavra, proferiu a intervenção escrita que a seguir se transcreve:

“Os meus respeitosos cumprimentos a todos os presentes.

Senhor Presidente, agradeço a oportunidade de esclarecer, perante a Assembleia Municipal de Vinhais as referências que o Senhor Presidente da Câmara fez, na reunião anterior, a respeito do meu sentido de voto em algumas deliberações da dita Câmara e à qual não estive presente, por não ter visto o edital. Peço desculpa por esse facto, mas na era das novas tecnologias não me parece digno que um vereador, seja ele quem for, tenha que andar a espreitar nas paredes para tomar conhecimento da vida do Município.

Confirmando aqui os argumentos, que o deputado Carlos Abel, referiu nessa reunião e constam da acta. Ao qual agradeço a intervenção. Para abreviar, não os vou repetir. No entanto acrescento mais o seguinte:

Caso não tenham dado por isso, houve “a revolução do 25 de Abril” ou “o golpe de Estado”, como alguns gostam de lhe chamar, morreram pessoas e outras correram o risco de serem condenadas à morte por fuzilamento.

Uma das finalidades da revolução era democratizar, isto é, cada cidadão, votar individual e livremente, regulando-se pelos seus valores e especialmente, pensando com a sua própria cabeça, tendo como limite a Lei.

Não reconheço, a ninguém, autoridade ou competência para questionar o meu sentido de voto e se a alguém reconheço justificação ética para me perguntar os porquês, é aos meus apoiantes e eleitores, entre os quais se não encontra, de certeza absoluta, o Senhor Presidente da Câmara.

Quero aqui deixar bem claro, que não tenho nenhuma questão pessoal com nenhum dos trinta e cinco senhores e senhoras Presidentes de Junta, nem as eventuais questões pessoais, a existirem, nunca deveriam interferir nas decisões políticas.

Há diferentes formas de observar, interpretar e resolver os problemas políticos.

As transferências para as Juntas de Freguesia, dado que é a Câmara e não as Juntas quem possui os meios financeiros, técnicos, jurídicos, humanos, etc., parece-me no mínimo um erro de gestão, podendo mesmo ser considerado como gestão danosa.

As vantagens indicadas pelo Senhor Presidente da Câmara poderão ser obtidas da mesma forma, sem as transferências. Haja força de vontade em concretizá-las.

Parece-me que o que se pretende obter são outras vantagens que não as declaradas.

Na minha opinião há funcionalidades da Câmara que estão subaproveitados, e a Câmara adjudica obras ou transfere para as Juntas o trabalho que eles deviam fazer.

Durante muito tempo, se calhar demasiado, dei o benefício da dúvida ao Senhor Presidente da Câmara. Fi-lo conscientemente, pois considerava e continuo a considerar, o Concelho em tão mau estado que pensava que tudo que se construísse ou reparasse seria bom para o concelho.

Hoje verifico que se gastaram milhões e que o único problema do concelho não foi minimamente beliscado, muito menos resolvido.

Sim, minhas senhoras e meus senhores, o concelho dentro de dez a quinze anos, pura e simplesmente desaparece. Este é o problema do concelho de Vinhais, tudo o resto ou são causas ou consequências.

Sempre colaborei leal e francamente.

Sugeri no início do mandato que se elaborasse um plano estratégico, com a maior abrangência possível de participantes, para que todas as decisões fossem coerentes, integradas e compatíveis entre si e visassem a resolução global, ainda que faseada dos problemas. Isto teria permitido uma gestão mais coerente.

A sugestão não foi aceite por V.Ex.^a...

Os assuntos importantes e/ou polémicos, deveriam ser apresentados antecipadamente, para conhecimento, mas já com elementos fundamentais para discussão, nomeadamente, alternativas e respectivas previsões de custos, vantagens e inconvenientes de cada uma, conexões etc. e só posteriormente para deliberação. O senhor Presidente da Câmara, com frequência, apresenta-os com carácter de urgência, fora da ordem de trabalhos e com informação insuficiente. Têm sido estes assuntos que têm causado problemas ao executivo no âmbito Judicial, em que a Câmara e todos os vereadores são arguidos.

Se todos os vereadores seguissem o meu exemplo, bastaria o voto do Senhor Presidente para serem deliberadas as transferências. E caso a Câmara as rejeitasse o efeito seria idêntico ao que acontece quando V.Ex.^a propõe transferências para as Juntas de Freguesia e não propõe para outras, como foi o caso de Santalha, que durante muito tempo, não teve qualquer transferência directa ou indirecta.

Muito obrigado.”

Terminada a intervenção do Senhor Vereador Frias Vieira, o Senhor Presidente da Mesa agradeceu e comunicou que foi entendimento da Mesa que a apresentação proferida pelo Senhor Vereador, não teve muito a ver com a defesa de honra, e para efeitos futuros todas as intervenções com este cariz devem ser apresentadas no período reservado ao público.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa anunciando que, está à espera daquilo que o Senhor escreveu, porque se o Senhor não tiver razão, será o próprio a metê-lo na cadeia, porque o Senhor falou para os trinta e cinco Presidentes de Junta.

O membro Senhor Carlos Abel solicitou a palavra, alegando que não compreendeu como é que o Senhor Presidente da Câmara deixou chegar a conversa a este ponto. Solicitou que a Mesa esclarecesse, juntamente com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, o significado das palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Junta. Porque ficou com a impressão de que foi feita uma ameaça, a um vereador, e apesar de não ter percebido onde é que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia pretendia chegar, considerou que o clima de intimidação e de medo vai virar-se contra aqueles que o apregoam. Considerou ser típico da personalidade do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, ter este tipo de atitudes. Terminou solicitando mais uma vez que a Mesa esclarecesse quais são as reais intenções e o porquê dessa ameaça, porque não entendeu qual foi a direcção das ameaças produzidas publicamente, a partir do palanque.

O Senhor Presidente da Mesa questionou o Senhor Presidente da Câmara, sobre a intenção de proceder ao direito de resposta. Foi intenção do Senhor Presidente da Câmara não intervir neste ponto.

2 - Ordem do Dia.

2.1 - Apreciação e votação da acta da sessão anterior.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores membros para o caso de pretenderem fazer alguma inscrição. Ninguém manifestou intenção de intervir, à excepção do membro Senhor José Ribas que fez uma correcção, alegando que na página cinco, onde se lê «peito» deve ler-se «jeito».

A acta foi sujeita a votação e aprovada por maioria com duas abstenções, dos membros Senhores José Augusto Gonçalves Nunes e Octávio Manuel Gonçalves Ferro, motivadas por não terem estado presentes na reunião em causa.

2.2 - Leitura resumida do expediente.

Neste ponto, da Ordem de Trabalhos, tomou a palavra o Senhor Primeiro Secretário da Mesa, onde citou alguns títulos da correspondência que este órgão recebeu, destacando a renúncia ao cargo do membro Senhor João Carlos Gomes Pereira Correia, membro eleito pelo PSD, e a resposta da técnica da Câmara Municipal, Doutora Maria da Glória Pires Cruz Veleda, à intervenção da Senhora Deputada Lise Claro, aquando da última sessão da Assembleia Municipal.

Terminou informando que se encontra disponível, toda a correspondência recebida, em Sede da Comissão Permanente, para consulta, se assim o desejarem.

2.3 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara proferiu a intervenção escrita que a seguir se transcreve:

“Exmº Senhor

Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Secretários da Mesa

Senhores Vereadores Presentes

Senhoras e Senhores Presidente de Junta e demais senhoras e senhores deputados municipais

Minhas Senhoras e Meus Senhores

O mandato autárquico 2005/2009 caminha a passos largos para o seu término.

Para alguns de nós é o fim de um percurso mais ou menos longo, para outros o início de um novo percurso e para outros, ainda, o continuar de uma situação ou, como é comum dizer, a sucessão na continuidade.

Nenhum de nós sabe exactamente qual a situação em que no final do mandato se encontra. Essa decisão, felizmente, é da responsabilidade dos eleitores.

Aproximamo-nos de um período muito importante e muito rico para a democracia Portuguesa, para o debate político e para o definir de estratégias e projectos para Portugal.

Os eleitores vão ser chamados por três vezes para escolherem os seus representantes e os seus Governos. Eleições europeias, depois legislativas e por fim autárquicas.

Este é o ano de quase todas as eleições e digo quase porque como todos sabemos faltam apenas as presidenciais.

Apesar de esta não ser a última sessão da Assembleia Municipal e por enquanto nada de fazer balanços, na verdade quero a todos afirmar que os nossos objectivos para o actual mandato foram e estão a ser cabalmente cumpridos.

Apresentamos aos eleitores em 2005 um programa eleitoral com o qual nos comprometemos. Estamos a cumpri-lo e a cumpri-lo de forma rigorosa.

Numa relação aberta e franca com as Freguesias imperou sempre a lealdade e o respeito entre Câmara e as Juntas. Em conjunto temos conseguido continuar os trabalhos necessários com vista a criar melhores condições de vida às populações residentes, nomeadamente na área do abastecimento de água, saneamento, arruamentos, acessibilidades e arranjos urbanísticos. Na sede do concelho operámos uma transformação como nunca se viu e que muitos pensavam ser impossível, transformação que, aliás, vai continuar com a construção de novos equipamentos e requalificação de vários espaços.

Implementámos a nível do concelho uma estratégia bem definida em termos de turismo. Foram dados passos muito importantes na sua efectivação ao ponto de hoje se notar, a olho nu, o aumento de visitantes, passos esses que nos remetem para o Parque Biológico, Parque de Campismo Rural, Albergaria do Parque, Centro de Interpretação do Parque de Montesinho, Ecomuseu, Rota dos Monumentos Históricos de Vinhais e para terminar, por enquanto, a construção do Museu de Arte Sacra a inaugurar brevemente.

O concelho de Vinhais, definitivamente, está nos Roteiros Turísticos e o País fala de Vinhais. Aliás exemplo disso é as vezes sem conta que Vinhais aparece na comunicação social quer a nível regional quer a nível nacional.

Vinhais passou de um concelho esquecido, atrás das serras, para uma terra promissora, reconhecida, admirada e visitada. Chama-se a isto estratégia de desenvolvimento. Chama-se a isto uma nova forma de fazer e de estar na política.

O outro aspecto que também deve ser referido é o dossier das acessibilidades, das estradas. Durante anos e décadas, várias pessoas, vários políticos, escreveram e falaram sobre este capítulo.

Inúmeros palpites, inúmeros pareceres, mas assinar preto no branco a construção das rodovias que nos vão ligar à futura auto-estrada transmontana, esse decisivo passo só agora é que foi dado.

Enquanto Presidente da Câmara sinto-me, também neste particular, muito satisfeito. Como já referi trata-se de estradas nacionais e por isso a responsabilidade da sua construção compete ao Governo. A mim e a vós, compete-nos apenas desenvolver todos os esforços e convencer o Estado a construí-las. Foi o que fizemos e com grande sucesso.

Também na área social há motivos para nos sentirmos orgulhosos. No início deste mandato o concelho de Vinhais estava classificado no último lugar a nível de cobertura de equipamentos sociais. Hoje não é assim. O Lar de Idosos de Ervedosa, o Centro Social de Vilar de Lomba e Vale das Fontes, os Lares de Rebordelo e Moimenta e o provável de Espinhoso e digo provável porque se trata de um investimento muito específico, bem assim como a construção do Centro Social de Tuizelo e Celas que já estão aprovados, colocarão Vinhais, estou certo, no grupo da frente a nível da satisfação das necessidades dos mais carenciados e idosos.

Tem sido um trabalho, também aqui, absolutamente notável.

E tudo isto note-se, sem por em causa o equilíbrio financeiro da autarquia, bem antes pelo contrário. Hoje temos uma situação financeira melhor e mais desafogada porque a dívida à banca e os encargos bancários têm vindo a diminuir.

Numa altura em que todos os dias somos inundados com péssimas notícias pois são empresas a encerrar, o desemprego a aumentar, algumas autarquias com graves

dificuldades económicas, é uma grande honra para nós e com certeza para todos, ler nos jornais, que a Câmara de Vinhais está nas 10 melhores pagadoras do País.

Para terminar, permitam-me que neste breve texto sobre o estado e vida do Município, me refira com grande satisfação aos resultados conseguidos no actual QREN, isto é, nas candidaturas que apresentamos aos fundos comunitários e que serão investidos até 2013.

O concelho de Vinhais está satisfeito em matéria de verbas conseguidas graças a um grande profissionalismo técnico de alguns funcionários da autarquia, a uma maior motivação e organização que foi implementada, a uma eficaz determinação política cambiada com apropriados contactos com pessoas que estão nos órgãos de decisão, tudo isto fez com que conseguíssemos para os próximos anos verbas suficientes que nos permitem realizar os investimentos que ainda faltam e estão planeados.

E porque se trata de verbas de fundos comunitários, a sua aplicação, a sua integração no orçamento municipal, a sua aplicação no território, não depende de nenhum Governo, não depende deste ou daquele Governo. Existirão independentemente do Governo ser este ou aquele, de esquerda ou de direita, deste ou daquele partido, mas atenção, e isto é importantíssimo e decisivo. A aplicação dessas verbas que estão aprovadas graças aos bons projectos e candidaturas que apresentámos, só se traduzirão em obras, em investimentos, em realizações efectivas ao serviço das populações, do crescimento e da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, se tivermos capacidade para as concretizar, pois este é o segundo passo, um passo decisivo, sem o qual nada existirá e que exige dos políticos locais uma grande determinação, sentido de responsabilidade, visão estratégica, capacidade pessoal e política e uma boa dose de trabalho e inteligência.

Como todos sabem e está comprovado a autarquia de Vinhais tem estado à altura destes desafios e por isso encara com esperança o futuro próximo.

Quanto à situação financeira:

- Dotações Orçamentais – €660.044,33
- Dotações não orçamentais – €693.685,30”

2.4 – Período de Intervenção.

Inscreveram-se para intervir os Senhores membros a seguir indicados:

- Lisete Claro
- António Borges
- Carlos Abel

Tomou a palavra a Senhora Deputada Lisete Claro, começando por referir que são falsas as afirmações feitas pela técnica Glória Veleda, e que esta, em vez de se preocupar em dar respostas com afirmações falsas, deveria preocupar-se antes, com a deficiente rede social que existe no concelho de Vinhais, e em fornecer dados à Comissão Permanente, dados que lhe foram solicitados relativamente às carências no concelho.

Desafiou a técnica da Câmara a tornar público o número de jovens que acompanhou desde que exerce funções na Câmara Municipal de Vinhais, e quantos casos de sucesso é que teve dos jovens que acompanhou.

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu a Senhora Deputada Lisete Claro, para o facto de ainda não se ter realizado nenhuma reunião da referida comissão, razão pela qual não foi ainda fornecida, a informação pretendida.

Tomou a palavra o membro Senhor António Borges, para questionar qual a posição do Senhor Presidente da Câmara sobre a questão das denúncias de suspeição de irregularidades e ilegalidades que o PSD-Vinhais levantou, sobre a Santa Casa da Misericórdia, que considerou serem do conhecimento do Senhor Presidente.

Tomou a palavra o membro Senhor Carlos Abel para se pronunciar sobre a questão dos Lares, cumprimentando com especial afectividade o membro Senhor José Ribas pelo trabalho que desenvolveu em prol do constituição do Lar da Moimenta, que considerou uma constituição louvável, que merece todo o reconhecimento e apoio.

Ainda sobre a questão dos Lares, referiu-se ao Lar de Rebordelo, afirmando que foi vendido com muita pompa e circunstância, sendo opinião do PSD que esse Lar devia ser construído o mais breve possível.

Relembrou que a Câmara numa festa pomposa anunciou que tinha duzentos mil euros de erário público. Aquilo que constatarem através da leitura da conta, foi que apenas foram

transferidos cinquenta mil euros, no último ano. Dito isto, questionou o Senhor Presidente se as pessoas de Rebordelo, não merecem mais do que aquilo que é dar prémios à ProRuris, numa achega de bois. Questionou a razão pela qual não foram transferidos os duzentos mil euros, uma vez que as obras em Rebordelo estão paradas. Concluiu que aquilo que o Senhor Presidente prometeu deve fazê-lo cumprir, porque quando uma pessoa tem palavra deve fazê-la cumprir.

Em relação à rede social, afirmou que o Senhor Presidente se gabou de a ter construído, razão pela qual não compreende qual a vergonha do Senhor Presidente em dizer que esteve na Câmara com o Senhor Engenheiro Carlos Taveira, uma vez que estiveram juntos na Câmara, nos últimos doze anos. Interrogou o Senhor Presidente sobre quem recai a culpa do concelho estar tão atrasado.

Em relação às questões de contas da Câmara, referiu que não se pode ludibriar as pessoas, muito menos as pessoas que constituem a Assembleia Municipal, porque muitas dessas pessoas já foram Presidentes de Junta do Senhor Capitão Sobrinho Alves, e do Senhor Engenheiro Carlos Taveira. São gentes que conhecem o concelho, assim como as contas que a Câmara tinha e teve, e portanto sabem perfeitamente o porquê de o PSD dizer que não havia uma visão estratégica das contas, para o concelho. Afirmou que nunca criticaram as contas, porque o executivo anterior deixou uma herança, que muitas câmaras do país gostariam de ter tido, no que toca a dinheiros e projectos.

Concluiu que em Novembro a Câmara vai se apresentar numa situação muito pior, porque o Senhor Presidente constituiu alguns sorvedouros de dinheiros públicos, que eles próprios não geram riqueza. Considerou ser um erro económico e um erro financeiro, ou seja, é o reflexo daquilo que se está a passar no país, onde não importa impugnar para a frente desde que se brilhe no momento.

Terminou solicitando uma resposta por parte do Senhor Presidente sobre a questão do Lar de Rebordelo e do lugar onde o Senhor Presidente esteve nos últimos doze anos.

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às questões que foram colocadas, começando por responder à questão colocada pelo membro Senhor António Borges. Começou por referir que as críticas não são do PSD, mas sim de uma parte do PSD, porque são um hábito que, devido à sua quantidade, estão de tal maneira vulgarizados

que ninguém os leva a sério. Tudo o que disserem em matéria de denúncia de ilegalidades, confessou que não irão ter da parte do Senhor Presidente da Câmara grande preocupação, porque são tantas as ilegalidades que denunciam todos os dias, que de tanto dispararem em tudo o que mexe, não acertam em nenhum alvo.

Adiantou que como Presidente nunca se pronunciaria sobre o assunto Santa Casa da Misericórdia, porque a Câmara nada tem a ver com esse assunto, uma vez que a Santa Casa faz o seu próprio trabalho. O problema dos membros em questão, é a seu ver, meterem-se com toda a gente, com a Santa Casa da Misericórdia, com as Juntas de Freguesia, com a GNR de Rebordelo, com a criminalidade, com os que fazem bem e com os que fazem mal. Perante isto não tem comentário a fazer, não tem por isso opinião porque é um assunto inexistente.

Quanto às questões levantadas pelo membro Senhor Carlos Abel, sobre o Lar de Rebordelo, referiu que o membro Senhor Carlos Abel nem uma palavra pronunciou sobre o discurso do Senhor Presidente da Câmara, porque sabe que tudo o que foi dito é verdade, razão pela qual não foi capaz de desmentir um único ponto. Veio apenas confrontar o Senhor Presidente, alegando que só foram transferidos para o Lar de Rebordelo, cinquenta mil euros, dos duzentos mil que estavam contratualizados.

Esclareceu que as gentes de Rebordelo valem muito mais, e que as pessoas de Rebordelo acreditam exactamente naqueles que os governam. Adiantou que, aquilo que foi transferido, encontra-se de acordo com o protocolo que foi assinado, estando de acordo com os trabalhos que têm desenvolvido.

Relembrou a satisfação, o orgulho, a vaidade, de um membro da bancada do PSD, quando anunciou numa sessão da Assembleia, que não tinha sido aprovado financiamento nem para Rebordelo nem para a Moimenta. Razão pela qual não compreende como é que hoje se atrevem a dizer que são os defensores desses dois Lares. Alegou que as pessoas têm memória, e mesmo que não tivessem, não deixaria que esquecessem. Sabe que todos os Senhores Presidentes de Junta são testemunhas do orgulho e alegria que alguns membros da bancada do PSD sentiram em anunciar a desgraça.

Ainda sobre esta questão lembrou que na altura acertaram nos dois Lares, mas foi-lhes garantido no momento que iria haver financiamento, e esse financiamento apareceu mesmo, primeiro para o Lar da Moimenta e da mesma forma espera-se para o Lar de Rebordelo.

Concluiu que, no que diz respeito a este tema, os membros da bancada do PSD, que proferiram tais acusações, deveriam ter mais cuidado nas afirmações que fazem.

Relativamente à intervenção do Senhor vereador António Frias Vieira, referiu ter sido uma articulação perfeita, ao mesmo tempo que, foi um dos melhores favores políticos que viu fazer até à data. Agradeceu ao Senhor vereador a intervenção prestada, considerando-a de tal maneira nobre, que deixou os Senhores Presidentes de Junta ainda mais indignados. Passou a explicar que o Senhor Vereador disse na sua intervenção que estava convencido que as transferências eram importantes, mas chegou à conclusão que as transferências são um erro, porque o concelho dentro de dez anos desaparece.

Chamou a atenção dos Senhores Presidentes de Junta para a posição de um gestor público, e de um político que quer lutar pela sua terra, e para a posição de um homem que quer ser o coveiro do concelho, a quem pede votos.

Enunciou ainda, algumas percepções do Senhor Vereador António Frias Vieira, quando mencionou que, se todos se abstivessem bastaria o voto do Senhor Presidente da Câmara para as verbas serem transferidas para as Juntas de Freguesia, ou seja, se o Senhor Presidente se abstivesse as obras paravam.

Dirigiu a palavra ao Senhor Vereador António Frias Vieira, alegando que é um voto do Senhor Vereador na Câmara, e não do Senhor Vereador Frias, a quem como homem nada tem a apontar, e por quem tem respeito. Considerou o Senhor Vereador Frias um político que, pediu o voto ao povo e se comprometeu com o povo, e que agora manifesta uma atitude de completa irresponsabilidade. Porque se todos fizessem como fez o Senhor Vereador, não teria havido a transferência dos cinquenta mil euros para o Lar de Rebordelo. Referiu perceber bem o porquê de ver tanta gente da bancada do PSD a desistir, e se assim continuar, alertou para o risco, de terem que procurar membros nos outros partidos, porque não há dia nenhum que não se sinta uma baixa, sendo que hoje assistimos a mais uma carta devidamente escrita e sentida de mais uma baixa na bancada do PSD, o que não admira, tendo em conta os dirigentes e a maneira como estes defendem o interesse do povo.

Referiu que se as eleições fossem daqui a dois ou três anos, nessa altura acredita que já nem os membros em questão existiriam, porque da maneira que estão a caminhar para o abismo, acredita que já não existiriam.

Ao membro Carlos Abel, referiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa teve um tirada que não foi feliz, considerou que foi um desabafo sentido, porque tem passado o tempo a ouvir nas sessões da Assembleia, nos jornais, e em todos os lados, o PSD fazer comunicados e ameaçar toda a gente com cadeias e tribunais.

Referiu que, foi isto que alguns membros do PSD fazem, e foi isto que o Senhor Vereador António Frias Vieira veio também hoje dizer, com a sua intervenção, sendo que hoje já foi feito pela segunda vez, ou seja, permanentemente ameaçam toda a gente. Recordou a intervenção do membro Senhor António Borges alegando que os Senhores Presidentes de Junta por não terem dado os cadernos eleitorais, foram ameaçados com o tribunal, para não dizer com a força.

Esclareceu aos Senhores Presidentes de Junta que, nunca foram notificados de nenhuma acção em tribunal do foro crime. E por isso percebe muito bem, de onde veio uma carta anónima por causa de uma transferência para a Junta de Ervedosa, quem é o denunciante, e quem não tem coragem para dar a cara, e por isso faz cartas anónimas. Referiu que a razão dessa carta era intimidar o Senhor Presidente da Câmara, para que não houvesse transferências para as Juntas de Freguesia, e não fazendo transferências, naturalmente que as Juntas de Freguesia iriam ficar chateadas com o Presidente da Câmara. Frisou que não cai nestas cascas de banana.

Referiu que os membros em questão são oposição e ambicionam ser poder, por isso entende este comportamento, como um comportamento que, em sua opinião não os ajudará a ganhar.

Á questão apresentada pela deputada Lisete Claro, referiu que não gostou da maneira como a Senhora deputada se dirigiu a uma funcionária da autarquia. Referiu também desconhecer a existência da carta apresentada, e tendo em conta que a técnica foi acusada de graves irregularidades, no cumprimento do seu dever, referiu compreender que a mesma tenha feito a sua defesa da sua honra.

Quanto ao desafio dirigido à técnica da autarquia, no sentido de dizer quantas crianças acompanhou na comissão permanente, e quantas obtiveram sucesso, lembrou à Senhora deputada Lisete Claro que também ela própria, é membro da Comissão de Acompanhamento de Crianças e Jovens em Risco, e como tal, tem responsabilidades, e uma delas, talvez a mais importante, é que a Senhora deputada deveria saber que os

assuntos tratados naquela comissão são rigorosamente sigilosos, razão pela qual, não pode pedir à Presidente da Comissão que divulgue esses dados. Concluiu que a Senhora deputada não sabe qual a função que desempenha dentro da comissão.

Inscreveram-se novamente para intervir os Senhores membros seguintes:

- António Borges
- Carlos Abel
- Lisete Claro
- Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa
- Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais

Tomou a palavra o membro Senhor António Borges para responder que não esperava outra resposta à pergunta sem conteúdo, que colocou ao Senhor Presidente, sobre a questão da Santa Casa. Discordou com aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente, quando referiu que alguns membros da bancada do PSD dispararam para todos os lados e não atingem alvo nenhum, porque de vez em quando lá aparece um, no meio de tantos.

Quanto à questão da carta anónima, referiu que o Senhor Presidente conseguiu fazer em pouco tempo, duas opiniões sobre as denúncias que alguns membros da bancada do PSD, têm vindo a fazer. Porque segundo aquilo que o Senhor Presidente disse, a respeito da carta anónima, não faz sentido dizer que, primeiro denunciam cara-a-cara, e depois dizer que escreveram cartas anónimas. Frisou que o PSD tem sempre denunciado cara-a-cara.

Relativamente à questão da Santa Casa, informou o Senhor Presidente que iria tentar dar ao Senhor Presidente a opinião que o Senhor Presidente tem sobre esta questão, para isso, socorreu-se da acta número doze de dois mil e três, em que era o Senhor actual Presidente da Câmara, vereador do executivo presidido pelo Senhor Engenheiro José Carlos Taveira, e da acta número oito de dois mil e oito, data em que o Senhor Presidente tinha opinião. Referiu compreender o porquê de agora não ter opinião, e passou a explicar que na acta de dois mil e três era pedido uma verba da Câmara para a Santa Casa da Misericórdia, para a ampliação do Lar, e na altura o Senhor vereador Américo Pereira, secundando a oposição que não era sua originalmente, mas sim do Senhor Engenheiro Carlos Monteiro, disse não conhecer outras misericórdias a dar prejuízo e como tal, achava que essa transferência não

deveria ser feita, porque havia dúvidas nas contas, e não deveria ser feita sem antes existirem contas. Relembrou que na acta doze de dois mil e três o Senhor Presidente na altura vereador, disse pelo mesmo motivo que votaria contra, e o Senhor vereador Salvador Marques disse que votaria no sentido do Senhor Vereador Américo Pereira.

Concluiu que o dinheiro não foi transferido e não foram apresentadas contas.

Recordou ainda que no dia sete de Abril de dois mil e oito, foi atribuído um louvor à Santa Casa da Misericórdia, entre outras coisas, porque, tem sido segundo disseram, exemplo de uma gestão rigorosa e dedicação aos interesses do concelho.

Dito isto, referiu que compreendeu muito bem a posição do Senhor Presidente, e o motivo que o levou a não ter posição, porque se em dois mil e três teve uma, em dois mil e oito teve outra, e agora em dois mil e nove não tem posição.

Seguiu-se o membro Senhor Carlos Abel, que começou por dizer que mais uma vez estavam a tentar transformar esta Assembleia num circo, em que o artista principal era o Senhor Presidente. Referir não ter entendido bem o carácter do Senhor Presidente, uma vez que um dia diz uma coisa, e no dia seguinte diz outra, com a mesma facilidade, como se nunca tivesse dito o contrário, fazendo lembrar o contexto nacional, onde se defende uma coisa hoje, e amanhã defende-se o contrário com a mesma displicência.

Referiu que sendo o Senhor Presidente uma pessoa digna e honrada que consegue falar das outras pessoas nas costas, não compreende como é que pode vir levantar problemas de ética dizendo que o PSD não assina o que escreve.

Referiu saber aquilo que se abateu sobre o Senhor Presidente, e aquilo que vai acontecer.

Da mesma forma que o Senhor Presidente não pode maldosamente chegar às conclusões dos outros, também não permitirá que chegue em relação às suas pessoais.

Alertou o Senhor Presidente para cumprir a Lei no caso de não querer ver denunciadas situações de ilegalidade nesta terra.

Considerou que o Senhor Presidente devia reconhecer que tem oposição, porque pode manietar, fazer sessões de circo, e receber palmas, mas não desmotiva o PSD, porque o PSD sabe que muitas das palmas são forçadas, e isso, só incentiva ainda mais.

Referiu ter conhecimento daquilo que se passa em Vinhais, e da estratégia que o Senhor Presidente faz para fingir que está tudo normal, sendo certo que tudo vai ficar muito diferente em Vinhais.

Expressou o seu contentamento pelo facto de o Senhor Presidente não ter negado que vieram milhões de contos para este concelho, milhões que o Senhor Presidente utilizou invariavelmente e inevitavelmente a fazer obra de fachada, obra que não detêm no concelho um único cêntimo, porque não foi feita por empreiteiros de Vinhais, com materiais de Vinhais e com pessoas de Vinhais, ou seja, as maiores obras que foram feitas neste concelho não foram feitas por pessoas de Vinhais, não ficou retido cá o dinheiro e não são elas próprias geradoras de rendimento.

Elogiou o Senhor Presidente por não ter negado a grande herança que o anterior executivo deixou. Não pretende com isto defender esse executivo, uma vez que não era o seu executivo, pretende apenas referir aquilo que o Senhor Presidente disse, e orgulhar-se disso, mas pelos vistos não se orgulha.

Concluiu que o Senhor Presidente não deve ridicularizar a oposição, não deve ignorar a situação, porque sabe muito bem a situação em que se encontra. Quanto à mudança de opinião, lembrou mais uma vez que em cinco anos, a opinião do Senhor Presidente deu uma cambalhota, uma vez que enquanto vereador tinha uma opinião que já não tem como Presidente.

Terminou agradecendo a intervenção prestada pelo Senhor Presidente, da mesma forma que o Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador António Frias Vieira.

Interveio a Senhora Deputada Lisete Claro, para esclarecer o Senhor Presidente que aquilo que pediu à técnica da autarquia não foram dados sigilosos, porque os números não são confidenciais, porque aquilo que é confidencial são os nomes, e estes, a seu ver, não os deveria saber, porque estes sim, são confidenciais, e uma vez que pertence à comissão alargada, não lhe compete por isso saber os nomes.

Considerou que se as reuniões fossem como deveriam ser e estivessem devidamente organizadas, um membro que pertencesse à comissão alargada não deveria saber os nomes dos utentes, apesar de saber os nomes, afirmou não usar essa informação.

Seguiu-se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, pedindo desculpa pelo seu desabafo infeliz, e passou a esclarecer que numa altura em que o Senhor Engenheiro Carlos Taveira pensou fazer umas obras na sua Freguesia, optou por fazer umas e deixar outras, e nessa altura entraram em desacordo, tendo sido garantido que ganhasse um, ou o outro, o dinheiro estaria sempre lá para fazer as obras.

Após ter ganho o seu colega de equipa, procurou logo o dinheiro, fez os concursos, as obras, e só há cerca de oito dias é que soube, que estava metido numa alhada, onde nunca foi ouvido nem achado, apenas acusado de os concursos estarem mal feitos.

Frisou que aquele que fez a denuncia, se não tiver razão, irá ser responsabilizado muito pelo que fez.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, começando por referir que a sua intervenção foi pensada no sentido de não criar um monólogo, uma vez que só os três da bancada do PSD é que falam, por isso pretende equilibrar a situação.

Dito isto, referiu que não é defensor do Senhor Presidente, porque de facto o Senhor Presidente não precisa, uma vez que é um excelente atacante.

Ao membro Senhor António Borges, pela razão de ter recorrido a actas de dois mil e três, referiu que, como Presidente da Junta no primeiro ano também teve uma opinião sobre a gestão da Câmara e hoje tem outra, e só não muda de opinião quem tiver as orelhas grandes.

Pronunciou-se sobre a gestão da Santa Casa, alegando que não conhece a gestão, mas conhece as obras, nomeadamente o prolongamento, o apoio domiciliário, e os serviços continuados que hoje tem.

Terminado o período de intervenções o Senhor Presidente da Câmara procedeu ao direito de resposta, começando por agradecer ao membro Senhor António Borges, o trabalho de casa, pela leitura das actas de dois mil e três, alegando que a votação que o membro Senhor António Borges citou, não pode ser interpretada da maneira como foi interpretada.

Passou a explicar que sabe muito bem o motivo pelo qual toda a gente votou contra e para onde eram os cinquenta mil euros.

Ao membro Senhor Carlos Abel pediu que de uma vez por todas, deixasse de se armar, e de dizer que os outros são mentirosos, e aconselhou o membro a ver-se ao espelho. Explicou que o membro Senhor Carlos Abel mentiu, porque o Senhor Chefe de Divisão da Câmara disse o contrário, ou seja, não foram transferidos cinquenta mil euros, mas sim cento e cinquenta mil para Rebordelo.

Quanto à mudança de opinião relativamente à Santa Casa, referiu que na altura votou contra, uma coisa que toda a Câmara votou contra, e não compreende como é que alguém o pode criticar por ter proposto um louvor à Santa Casa pelos bons serviços, uma vez que, o membro que o acusou, também ele, votou a favor, assim como o Senhor Vereador António Frias Viera, que fez parte da comissão que propôs o louvor à Santa Casa da Misericórdia. Questionou a razão que, levou o membro que o acusou, a não ter dito na altura que votava contra aquele louvor, porque votou como todos os outros. Sugeriu que ao fazer a barba deve olhar-se para o espelho e depois sim, pode-se falar.

Ao membro Senhor Carlos Abel, referiu que o feitio que o membro exhibe, é um feitio que a maior parte das pessoas não aprecia, porque deixa ver nas palavras ameaças, suspeitas, anunciando que a partir de hoje nada será igual no concelho de Vinhais. Considerou não ver motivos para se pensar assim.

Referiu que o membro Senhor Carlos Abel passa o tempo todo a tentar criar um problema entre o Presidente da Câmara e o Presidente que o antecedeu. Afirmou que tal não vai conseguir, porque o Presidente da Câmara não dá para esse peditório. Referiu ter assumido a co-responsabilidade do seu comportamento nessa altura, e hoje. Quanto à herança que herdou, referiu ter sido aquela que todos conhecem, e que pouco tempo antes das eleições foi pedido um empréstimo ao banco e aquele que não se gastou ficou para quem sucedeu. Referiu já ter explicado esta questão mais do que uma vez.

Sobre a questão das obras que foram feitas na Vila, esclareceu que a obra do Parque Verde da Vila foi feita em consórcio com empreiteiro de Vinhais, o mesmo aconteceu para os passeios da Vila, para as subempreitadas do Parque Biológico, e para a Hospedaria do Parque. Sendo que, apenas duas das seis obras não foram feitas com empreiteiros do concelho, mas os funcionários dessas empresas comiam e metiam gasóleo no concelho.

Concluiu que está tudo explicado para quem pensa que daqui a dez anos o concelho desaparecerá.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente, o Senhor Presidente da Mesa anunciou que se iria proceder à votação da moção apresentada pela Senhora deputada Lisete Claro.

Solicitou a palavra o membro Senhor Ruben Almeida, para intervir sobre a questão das telecomunicações, e invocou as palavras dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Ervedosa e Vinhais para apelar ao voto contra a moção apresentada.

Seguiu-se o membro Senhor Carlos Abel, para prestar um esclarecimento à Mesa, alegando que ao votarem contra iriam fazer um péssimo serviço ao Partido Socialista, local e nacional. Quando se fala de telecomunicações fala-se de internet de redes de banda larga, etc., trata-se tão só, do mais acarinhado projecto do Governo do PS. Considerou que ao votarem contra a proposta, estão a fazer pior do que aquilo que o Senhor Presidente fez ao ficar contente com uma estrada Vinhais-Bragança, mais comprida do que a existente, com traçado obsoleto e pouco correcto, porque as grandes vias alternativas são também as vias viárias, sem esquecer os factores de comunicação. Referiu ser óbvio que as empresas de telecomunicações não têm interesse em instalar as antenas uma vez que o concelho se encontra desertificado.

Considerou que a maior parte dos presentes se encontra em permanência no concelho, e por isso sofre mais, porque chegam a um determinado ponto e surge a rede espanhola, ou nem sequer apanham rede.

Concluiu que aquilo que o PSD propõe com a moção é exigir que as pessoas do concelho sejam tratadas como portugueses de primeira, porque aqueles Senhores têm licenciamento para cobertura nacional, e verifica-se que em Vinhais, cerca de sessenta por cento do território não tem acesso numa situação de emergência, a este tipo de telecomunicações.

Terminou agradecendo ao Senhor Presidente o favor de ter mandado mensagem via telemóvel para a bancada votar contra, e por fazer um grande serviço a Vinhais.

O Senhor Presidente da Mesa levou à votação a referida moção, que foi chumbada com quarenta e três votos contra e uma abstenção.

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa para fazer declaração de voto, que referiu ser sua e dos seus colegas, alegando que não pretendem fazer uma guerra política, apenas lembrar que quem é governante tem que governar, quem é oposição deve fazer oposição.

Também o membro Carlos Abel solicitou a palavra para esclarecer a Mesa, alegando que dado que a moção não mereceu a aprovação da Assembleia, o PSD iria na mesma remeter a referida moção às entidades competentes, porque para a sua bancada esta é a via de comunicação do futuro, e Vinhais não deve ficar para trás.

Terminou referindo que apesar de tudo, iria fazer este favor ao Senhor Presidente.

2.5 – 1.^a Revisão ao Orçamento da Receita, 2.^a Revisão ao Orçamento da Despesa e 2.^a Revisão ao Plano Plurianual de Investimento.

O Senhor Presidente tomou a palavra para fazer uma breve apresentação do tema em discussão.

Começou por informar que a referida revisão se justifica por três motivos, pela introdução da construção de três caminhos rurais, pela aquisição de duas viaturas e por último pela entrada de fundos comunitários.

A 1.^a Revisão ao Orçamento da Receita, 2.^a Revisão ao Orçamento da Despesa e 2.^a Revisão ao Plano Plurianual de Investimento, foi aprovada por maioria com quatro abstenções, de membros da bancada do PSD.

2.6 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão – Ano de 2008.

Neste ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente fez uma pequena apresentação, referindo que todos receberam atempadamente os documentos inerentes à Prestação de Contas, e ao Relatório de Gestão do ano 2008, e para os mais estudiosos que felizmente são noventa e nove por cento da casa, aquilo que interessa em termos muito sintéticos é parte da análise económica e financeira do ano de dois mil e oito.

Referiu que na página cento e trinta e seis, vem a situação dos empréstimos, situação que incomoda o membro Senhor Carlos Abel, isto porque, em dois mil e cinco, devia-se à banca três milhões duzentos e trinta e oito euros, sendo esta a excelente situação financeira que o membro Carlos Abel disse que a Câmara herdou. Em dois mil e seis conseguiu-se passar para dois milhões e seiscentos mil, e em dois mil e sete para dois milhões e duzentos mil. E os três milhões que herdaram em dois mil e cinco, estavam em trinta e um de Dezembro, num milhão e novecentos mil. Considerou que este foi um excelente resultado, porque conseguiram baixar a fatura dos dois milhões, estando neste momento com uma dívida de um milhão e novecentos mil. Concluiu que se vai verificar aquele desejo que é seu, de não ir à banca, durante este mandato.

Continuou referindo que na página seguinte existe um quadro que explicitamente diz que se a Câmara o entendesse, poderia em trinta e um de Dezembro de dois mil e oito, ir buscar ao banco, se precisassem, para além do milhão e novecentos mil, três milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil euros, sem ultrapassar a capacidade de endividamento.

Considerou que esta é a situação dos bancos, que não pode ser negada por ninguém, retratando aquilo que foi a herança e a forma como as coisas estão hoje.

Quanto às receitas referiu existirem dois tipos de receitas, as correntes e as de capital. Nas receitas correntes encontram-se várias fontes, nomeadamente impostos que foram menos que o ano passado, e apesar disso conseguiram noventa e oito por cento daquilo que estava previsto.

Referiu ainda que o resumo das receitas correntes, para despesas correntes são em dois mil e cinco, dois milhões oitocentos e catorze, em dois mil e seis, oitocentos e cinquenta e um, em dois mil e sete, seis milhões oitocentos e setenta e cinco, e em dois mil e oito foram batidos todos os recordes na Câmara de Vinhais, com sete milhões cento e cinquenta e dois mil euros.

Concluiu que este foi o ano em que a Câmara conseguiu arrecadar mais receitas, sendo certo que é um ano economicamente mais difícil, remeteu a modéstia à parte para dizer que houve aqui algum mérito.

Quanto às receitas de capital, referiu que em dois mil e cinco conseguiram injectar na Câmara quatro milhões e seiscentos mil, em dois mil e seis foram seis milhões e

novecentos mil, em dois mil e sete foram cinco milhões e oitocentos mil, sendo que gora voltam a estar na casa dos seis milhões cento e quarenta mil.

Continuou citando os valores da receita e da despesa, dando conta do número de funcionários que foram admitidos, tendo em conta aqueles que entraram pelas empresas municipais.

Quanto às transferências para as Juntas de Freguesia, referiu que no início do mandato um elemento da bancada da oposição fez uma proposta no sentido de que fosse mantida aquela deliberação para que fosse transferida para as Juntas de Freguesia determinadas verbas, certas, todos os anos. Relembrou que a sua posição nesse momento foi de abolir essa medida, sendo que, nessa altura os Senhores Presidentes de Junta, receberam por ano, menos de metade daquilo que hoje recebem. Ou seja, no ano de dois mil e oito receberam como receitas de capital novecentos e setenta e seis mil euros, quase o dobro daquilo que receberiam no mandato anterior. Em sua opinião, foi esta a razão pela qual as transferências de capital, foram no ano de dois mil e oito, quatro vezes mais que nos anos anteriores, este investimento que se fez nas Juntas de Freguesia, é a prova que o investimento nas aldeias tem sido enormíssimo.

Deu conta que neste momento os Senhores Presidentes da Junta, já têm nas Juntas de Freguesia seiscentos e trinta mil euros, e apelou ao sentido de responsabilidade e boa gestão, apesar deste ser o ano circunstancialmente favorável, deve ser feito um trabalho de contenção para de forma alguma não hipotecar os anos futuros.

Concluiu que a execução da receita teve um grau de sessenta e nove por cento em relação ao previsto, e as despesas setenta e sete, vírgula quatro por cento.

Referiu não ser economista, e com todo o respeito por essa profissão, esclareceu que o trabalho tem sido feito por todos, tendo o Senhor Presidente da Câmara o pelouro financeiro, do pessoal e das finanças, ou seja, é da sua responsabilidade. O controlo da legalidade da aplicação da gestão das verbas é da responsabilidade dos serviços, competindo ao Senhor Presidente da Câmara, quanto e onde podem gastar mais, ou poupar mais. Considerou que os serviços do município têm feito um excelente trabalho, a nível de contabilidade de apreciação de contas, e que as contas reflectem aquilo que se tem vindo a fazer ao longo do ano, e aquilo que foi o mandato.

Considerou que este foi um mandato extremamente bom, apesar das dificuldades em que o país se encontra. Fez votos que o concelho de Vinhais consiga também no futuro, manter a sua marcha.

Seguiu-se o membro Senhor Carlos Abel, para desmistificar aquilo que o Senhor Presidente disse, relativamente aos empréstimos.

Começou por referir que o Senhor Presidente parece que gosta de reincidir nesta questão, e passou a esclarecer que não foi possível ao Senhor Presidente, pôr restrições orçamentais fazer empréstimos, desta forma, aquilo que se passa com os empréstimos é que não havendo entrada de empréstimos, que são empréstimos que, muitos deles, têm mais de vinte anos, aquilo que acontece é o mesmo que acontece nas casas de qualquer pessoa. Ou seja, quanto mais o empréstimo se aproxima do fim, menos a pessoa paga, e menos têm para pagar.

Referiu ter sido esta a primeira desmistificação que pretendia fazer ao Senhor Presidente, e uma vez que a área do Senhor Presidente é a advocacia, considerou que iria levar a bem, o facto de ser esclarecido nestas questões.

Quanto à questão dos fornecedores, referiu que o Senhor Presidente se esqueceu de mencionar os fornecedores, alegando que em dois mil e cinco se deviam dezoito mil euros, e actualmente se devem duzentos e dez mil euros. Isto significa que houve um aumento de mais de mil por cento.

Em relação à questão das receitas, referiu que as receitas aumentaram porque o Estado começou a transferir mais. Alertou o Senhor Presidente para o problema que está relacionado com aquilo que o Senhor Vereador António Frias Vieira revelou, ou seja, o Senhor Presidente não beliscou o problema essencial do concelho de Vinhais, que é o saldo social, e a questão da demografia e mortalidade. A partir do momento em que se baixa dos dez mil habitantes, o concelho passa a ser um concelho de terceira, o que significa que o Senhor Presidente não poderá continuar a fazer rotundas e mais rotundinhas, e muito menos qualquer tipo de obra de fachada daquelas em que se tem vindo a entreter.

Alertou ainda que noventa por cento das receitas de capital correntes que entram no município, advêm directamente do Estado, com base no saldo social, de pessoas que habitam neste território.

Concluiu que aumentou neste ano, mas no futuro não será bem assim. Considerou existir aqui, uma preocupação que é geral.

Em relação às Junta de Freguesia, referiu que estas sempre foram uma preocupação grande do PSD ao longo de todos os mandatos, e que conseguiram implementar um programa que atribuía de forma discriminatória em função do território dos habitantes, para aqueles gastos normais e de consumo, algumas delas bem implementadas na prática, embora nunca tivesse sido monitorizado o processo, a seu ver o problema estava aqui.

Referiu que desta vez o Senhor Presidente adoptou o dar, ou o fingir que dá, porque em vez de fazer as obras por administração directa, transfere o dinheiro para as Juntas e depois vai à obra fazer a inauguração com o Senhor Presidente da Junta.

Solicitou ao Senhor Presidente que não desmitificasse, porque os números valem o que valem, e não vale a pena fazer propaganda barata, e política barata, pensado que tapa os olhos, muito menos a pessoas da área. Quando o Senhor Presidente diz que transferiu muito mais, quer dizer que na prática as rubricas se movimentaram muito mais, mas as obras essas, foram feitas na mesma, em vez de serem feitas directamente pelo município, passaram a ser feitas pelas Juntas de Freguesias.

Considerou tratar-se de um malabarismo contabilístico quando o Senhor Presidente diz que transferiu muito mais dinheiro para as Juntas de Freguesia.

Considerou que as contas são de facto muita contabilidade, e relativamente à questão do Lar de Rebordelo, referiu que aquilo que viu no documento, foram cinquenta mil euros que foram transferidos durante esta conta. Dito isto, solicitou à Mesa que lhe fossem fornecidos os dados relativos aos pagamentos que foram efectuados já durante este ano, o acumulado nos últimos tempos, desde que existe protocolo, porque ao contrário daquilo que o Senhor Presidente disse, o PSD referiu-se à prestação de contas do município, quando fez as afirmações anteriores, e no facto de as obras estarem paradas.

Continuou referindo que aquilo que o traz hoje aqui, é uma situação mais grave, na senda daquilo que o Senhor Presidente chama a perseguição das irregularidades e ilegalidades do PSD. Porque aquilo que o Senhor Presidente pretende é que se pense que é uma pessoa que só sabe fazer obra, e não tem nada para ser apontado, enquanto alguns membros da bancada do PSD são tão maus, que até inventam coisas.

Passou a informar que o Partido Social Democrata e o seu grupo parlamentar apresentou e fez seguir uma missiva para o Senhor Bastonário das Ordens dos Revisores Oficiais de Contas, que sendo as contas da Câmara obrigatoriamente pela Lei n.º 2 de 2007, obrigadas à revisão de contas, e sendo a Sociedade à qual estão adjudicadas estas funções, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Jorge, Victor Neto, Fernandes Associados, cujo trabalho na Câmara de Vinhais é feito pelo sócio administrador Fernando José Peixinho Rodrigues, trabalho que é feito em relação à Câmara e também em relação às Empresas Municipais, que dependem da Câmara. Dito isto, referiu que a Empresa ProRuris em catorze de Julho de dois mil e oito, constituiu a chamada ENERCASTRO, que está participada criminalmente e civilmente nos órgãos próprios e na magistratura em tribunal. Continuou informando que tinha várias vicissitudes em relação à sua constituição, era detida em sessenta por cento pela Câmara, através da ProRuris, dez por cento por algumas Juntas de Freguesia, e trinta por cento por privados. O espantoso nesta questão é que, um desses privados que participava nesta Empresa, era uma empresa chamada Valor Consulte, da qual a pessoa que revê as contas da Câmara Municipal de Vinhais, é sócio. Aquilo que o PSD acha e quer ver esclarecido é se eventualmente o facto deste técnico revisor oficial de contas, ter uma empresa da qual é sócio e a sua participação numa empresa da própria Câmara, onde a Câmara tem interesses. Por esta razão o PSD considera que estão a ser violados os interesses, uma vez que a própria ordem dos revisores oficiais de contas proíbe este tipo de promiscuidade, porque a certificação de contas do município é um facto que tem que ser feito de forma rigorosa, independente e imparcial. Por esse motivo referiu que iriam denunciar o assunto ao tribunal de contas, ao tribunal administrativo, ao IGF à IGAT e ao Senhor Secretário de Estado das autarquias locais.

Referiu que se o Senhor Presidente pretender mais algum esclarecimento, poderá contar com a sua disponibilidade.

Seguiu-se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, que começou por dizer que acabou de ouvir mais uma ameaça. Considerou que enquanto não for provada a sua culpabilidade as pessoas estão isentas.

Referiu ter solicitado a palavra para falar das contas e da possibilidade da inexistência das Juntas de Freguesia, porque depois de ter ouvido o Senhor Vereador António Frias Vieira

na questão das transferências serem uma forma despesista, concluiu que teria sido melhor ter dito que era melhor acabar com todas as Jutas de Freguesia.

Continuou referindo que o Senhor Presidente às vezes deixa um discurso de suspeição e cria aquele fantasma de quando se aproximam eleições políticas, poder vir a deixar, e tendo em conta que o conhece e que vai honrar os compromissos, considerou que estas questões das suspeições, que são lançadas para a rua, só barbarizam quer a gestão da Câmara Municipal, quer o próprio concelho.

Considerou que só agora foi ver as contas muito rapidamente, e considerou quase correcto a forma como o Senhor Presidente as exemplificou, sendo que o membro Senhor Carlos Abel não pensou da mesma forma, porque pensa que é contabilista, e tenta dar lições de contabilidade. Continuou referindo que não concorda, e que há muito que vem a tecer um bocadinho estas críticas da oposição, no que toca à bandeira política da antiga gestão do município em ter deixado dinheiro. Considerou tratar-se de um contra-senso, porque uma pessoa que deixa dinheiro na conta bancária do Município, e deixa um débito no banco de três milhões, a seu ver só pode ser um erro político. Porque quem vai ao banco pedir dinheiro, com dinheiro na conta, é uma falta de ética, que não pode ser louvado de forma nenhuma.

Referiu ser do tempo em que fez a campanha com o membro Senhor Carlos Abel, e chegado ao final do segundo ano, do primeiro mandato, referiu ter conseguido que as transferências da Câmara para as Juntas fossem aí, talvez uma ilegalidade, porque de facto foram transferidas para as contas das Juntas por ano, quinhentos mil euros, e nunca foram pedidas justificações sobre esses dinheiros que eram transferidos. Considerou que neste momento, a situação encontra-se bem diferente, apesar de as transferências serem maiores, são acompanhadas e disso é testemunha. Referiu ter tido uma conversa em relação à Junta de Freguesia de Vinhais e em relação à intervenção do Senhor Vereador António Frias Vieira, referiu ter feito um acordo numa reunião com o Senhor Presidente da Câmara, em que foi prometida uma determinada verba, e depois dificultou ao máximo a questão da justificação, criando alguma confusão ao tesoureiro da sua Junta. Referiu ter dito na altura que, se fosse o Senhor Presidente da Câmara, teria feito exactamente o mesmo. Porque quando as pessoas estão no executivo, sejam ou não da oposição, conhecendo como conhecem a realidade das Juntas de Freguesia, e absterem-se, das transferências para as Juntas de

Freguesia, também exigiria todos os documentos e mais alguns para mostrar que estas transferências serão legalmente justificadas.

Continuou referindo que tem a convicção de que os eleitores não vão diminuir, mas sim aumentar, significando que a curto prazo não se corre o risco de as transferências correntes virem a falhar.

Realçou que o executivo está a trabalhar há quatro anos, razão pela qual se preocupou em rever as contas, porque é de facto estranho terem sido executadas tantas obras, na sua Freguesia e no concelho em geral, sem fazer um único empréstimo nestes quatro anos.

Referiu ter aconselhado o Senhor Presidente da Câmara, para que se continuar, o faça, o mais rapidamente, uma vez que existem candidaturas até ao ano dois mil e treze, em co-participação de fundos comunitários, e a partir daí, não se sabe se continuaram a existir. Por essa razão, referiu que apostaria nisso, uma vez que se tem a vantagem de pelas influências do Senhor Presidente, se conseguir a maioria da aprovação dos projectos candidatados. Incentivou o Senhor Presidente para o fazer e para investir fortemente porque não se sabe se existirá outra oportunidade.

Em relação às despesas e receitas referiu que não é uma questão de taxa social, mas sim uma questão de trabalho, e este trabalho reflecte-se no Município, nos últimos anos, sendo que neste relatório de contas não existem transferências vindas de outros anos, por isso já não se põem em causa sequer o saldo deixado por outras gerências. Esclareceu que das receitas de capital, são transferidas para o Município três milhões e tal, que são transformadas em sete milhões e tal, o que significa que com este aproveitamento e fundo de maneiço, que é permitido por transferências do Estado, consegue-se ir buscar através de candidaturas e trabalho, mais de metade daquilo que chega às contas do Município. Terminou dando os parabéns ao Senhor Presidente.

Seguiu-se o membro Senhor Ruben Almeida, que proferiu a intervenção escrita que a seguir se transcreve.

“ Boa tarde a todos,

Apraz-me muito subir a este palanque para pedir aos Ex.mos Senhores deputados, a aprovação desta mesma prestação de contas. Isto, porque à semelhança e em concordância

com estes três anos e meio, este relatório traduz de uma forma clara e sucinta a transparência e eficácia com que este executivo gere os dinheiros públicos.

Traduz ainda, o investimento que tem sido feito no concelho e ainda a excelente situação financeira e económica que a Câmara Municipal goza neste momento.

Satisfaz-me, sobretudo constatar, e tal como este relatório nos mostra, e alguns tentam contrariar, que apesar de todo o investimento a dívida da autarquia tem vindo a reduzir substancialmente. Assim, e mais uma vez, apelo a todos os deputados sem excepção a aprovação desta prestação de contas e relatório de gestão.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimento às questões que lhe foram colocadas. Começou por responder ao membro Senhor Carlos Abel, dizendo que, ao fim de quatro anos, já não consegue continuar a ser cavalheiro nalgumas questões. Porque o membro Senhor Carlos Abel chega e atira constantemente à cara, que o Senhor Presidente não é economista, mas sim advogado, como se os economistas tivessem o dom da gestão. Referiu que, para o bem e para o mal do país, isso não se verifica, porque a maior parte dos políticos que estão na gestão, são advogados.

Referiu que o membro Senhor Carlos Abel, não é economista, apesar de ter feito o curso de economia, não exerce a profissão de economista, porque é funcionário das finanças, e tem por isso, obrigação de ter mais conhecimentos, por outro lado, fez saber que o Senhor Presidente da Câmara não é advogado, mas sim Presidente de Câmara. Concluiu que ambos se encontram na mesma situação.

Relembrou a posição que o Senhor chefe de finanças de Vinhais tomou relativamente às contas.

Continuou referindo que aquilo que o membro Senhor Carlos Abel acabou de dizer em relação às contas, reflecte exactamente aquilo que tem vindo a ser a sua posição ao longo destes anos, ou seja, não é capaz de contestar absolutamente nada da política do PS, porque faz a intervenção e acaba sempre da mesma maneira, com o tribunal e com o revisor de contas. Garantiu que neste momento acredita em muito pouco daquilo que o membro Senhor Carlos Abel diz, porque não há nenhum revisor oficial de contas nas Empresas Municipais, que tenha alguma participação social em qualquer empresa de que a Câmara seja sócia.

Relembrou que em anteriores sessões da assembleia, depois de ter ouvido várias vezes o membro Senhor Carlos Costa dizer, inclusive na comunicação social, que o BMW que a Câmara tem, custou cerca de quinze ou dezasseis mil contos, e apesar de o ter desmentido várias vezes, e pensando que o desmentido era suficiente, foi confrontado novamente com a mesma questão, vendo-se obrigado a pedir uma certidão ao Senhor Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, onde consta quanto custou o carro da Câmara Municipal. Passou a citar o conteúdo da certidão, anunciando que a viatura BMW adstrita aos serviços municipais, encontra-se no regime de *renting*, pelo que a Câmara não comprou qualquer viatura, muito menos BMW, com a possibilidade de aquisição pelo seu valor residual no final, que custava no dia que foi entregue à Câmara quarenta e nove mil euros, ou seja, menos de dez mil contos.

Concluiu que alguns membros da bancada do PSD mentem permanentemente, e as pessoas não acreditam naquilo que ouvem. Frisou que não existe nenhum revisor oficial de contas que tenha alguma participação, em alguma sociedade da Câmara.

Referiu que o membro Senhor Carlos Abel disse aquilo que também já tinha dito anteriormente na comunicação social, relativamente ao procedimento criminal e cível do PSD contra a ENERCASTRO. Considerou que o membro Senhor Carlos Abel escorrega em quase todas as cascas de banana que o Senhor Presidente traz. Passou a ler uma certidão passada pelo Senhor Juiz a este respeito. “Por ordem da meritíssima juiz de direito e satisfazendo o solicitado no requerimento que se junta cópia, cumpre-me informar V.Ex.^a que compulsado registo de processos no programa deste tribunal, não foi encontrado nenhum processo cível ou crime, em que seja autor o Partido Social Democrático e ré a sociedade ENERCASTRO.

Continuou referindo que da mesma maneira, o membro Senhor Carlos Abel, voltou a mentir na questão da estrada e, quanto a isso, referiu também, que se preparou trazendo um documento da Junta Autónoma de Estradas. Relembrou que em sessões anteriores foi dito pelos membros em questão, que a estrada de Rebordelo já tinha sido empreitada uma vez, e só não se fez porque o empreiteiro faliu. Dito isto, referiu que também iria dar cópia do deste documento, e passou a citar o seu conteúdo. “A beneficiação da estrada nacional trezentos e quinze entre Rebordelo e Mirandela, está para ser consignada ainda no decorrer do corrente mês, encontrando-se em fase de aprovação do plano de segurança e saúde. As

Estradas de Portugal, não têm conhecimento que alguma vez, algum membro do consórcio deste ou doutro, tenha falido no que diz respeito aquela obra.”

Voltou a referir que alguns membros da bancada do PSD andam pelas aldeias e metem descaradamente e vêm para as reuniões da assembleia fazer o mesmo. Concluiu que enganar alguns durante algum tempo é possível, agora enganar todos durante muito tempo, não é possível.

Considerou que, o papel que está a fazer neste momento, é das maiores tristezas que ninguém tem ideia. Porque nunca lhe aconteceu, alguns elementos da oposição, que não são todos, mas sim dois ou três, não acreditarem naquilo que os responsáveis políticos das instituições lhe dizem.

Referiu que se voltarem a falar, irá apresentar mais documentos, porque a partir de hoje, irá desmentir e desmascarar um a um.

Concluiu que as contas reflectem bem a actividade da Câmara. Quanto às Juntas de Freguesia, referiu que não consegue perceber como é que alguns membros da bancada do PSD conseguem dizer que gostam das Juntas, porque passam o tempo a meter as Juntas em tribunal e depois um vereador vem dizer que não concorda com as transferências para as Juntas, porque é da opinião que as aldeias vão acabar.

Solicitou novamente a palavra o membro Senhor Carlos Abel, para referir que ultimamente o Senhor Presidente se nota mais irritado e apoquentado. Dito isto, pediu ao Senhor Presidente para se acalmar, porque existe um documento onde consta que não existe nada contra a Câmara e que está tudo muito bem, por isso, deve o Senhor Presidente, pensar positivo.

Referiu que pretendia apenas desmistificar um pouco a questão das participações, uma vez que, os vinte e um milhões de euros que vêm agora, são metade daquilo que veio nos anteriores quadros.

Em relação à questão do carro BMW, e ao valor comercial de quarenta e nove mil euros, explicou que quem vai fazer um empréstimo sabe que para além do valor do carro, tem que pagar o valor dos juros, e das rendas, assim como o imposto de selo, ou seja, o valor do carro duplica. Por essa razão, solicitou ao Senhor Presidente que não fizesse mais política

barata, porque quem compra um carro a prestações sabe o que isso implica, em termos de valores e de inflacionamento dos valores.

Em relação ao processo que o Senhor Presidente diz não existir contra à ENERCASTRO, e contra o Senhor Presidente, e o Senhor Presidente da Assembleia, referiu que está tudo bem e podem ir para casa descansados, porque não têm problema nenhum com a justiça. Informou ainda o Senhor Presidente que relativamente à ENERCASTRO, está marcada uma audiência preliminar dia dezoito de Maio, o que significa que pode não haver processo instruído, mas as investigações estão em curso.

Informou também que o Senhor Presidente da Junta de Ervedosa interveio e muito bem, relativamente a um processo que o PSD levantou em dois mil e cinco, tendo sido notificado a semana passada, ou seja, existiu um lapso de tempo de quatro anos.

Adiantou que a questão do ROC não é uma questão menor, sendo que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia sabe muito bem, porque é uma pessoa destas lides, e sabe que a revisão e certificação está consignada na Lei.

Concluiu que o PSD não esmorece, porque não tem medo, mesmo quando o Senhor Presidente diz que aquilo que é dito por alguns membros do PSD é mentira, porque se existe pessoa neste concelho, considerada ardilosa na argumentação e na capacidade de camuflar, tendo hoje uma posição e amanhã outra, com a mesma desfaçatez é o Senhor Presidente e não o membro Carlos Abel. Porque o Senhor Presidente sobre a questão da Misericórdia disse que não iria transferir dinheiro, enquanto eles não apresentassem as contas, e hoje tem uma posição diferente. Solicitou para que não assaque ao membro Carlos Abel, responsabilidades que este não tem.

Ainda em relação ao ROC, adiantou que não compreende como conseguiram fazer tal coisa, como é que não pensaram nas coisas. Como conseguiram aprovar as contas da Câmara sem terem aprovado as contas das Empresas Municipais que conciliam com o Município. Voltou a frisar que há cerca de quinze dias aprovaram as contas do Município, onde estão as contas consolidadas das Empresas Municipais, referiu não compreender como é que isso é possível, uma vez que sabe que só foram aprovadas no dia anterior à Assembleia.

Antes de terminar referiu que em relação ao orçamento e pelo exposto, o PSD não tem outra posição se não tomar as devidas providências, e votar contra, uma vez que não existe

o mínimo de consistência e também pelo facto de não estarem certificadas, facto que para o PSD não tem qualquer validade.

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, alegando que as pessoas têm várias dores de cabeça, sendo que a dor de cabeça que o Senhor Presidente tem é que a malta do PSD anda toda a trás dele. Referiu não ter conhecimento da questão levantada em dois mil e cinco, e se é considerado assim tão ruim, questionou o porquê de ter sido abordado pelos membros do PSD, no sentido lhe oferecerem o lugar que bem quisesse na lista do PSD.

Terminou alertando o membro Senhor Carlos Abel, para se deixar de brincadeiras políticas, porque não gosta de brincar com isto. Continuou questionando se isso foi realmente assim tão mau, porque não soube de nada. Explicou que recebeu um telefonema onde alguém lhe perguntou quando é que lhe poderiam falar, e quando perguntou quem falava, obteve como resposta, “sou fulano e foi fulano que me deu o telefone, e pretendia apenas que assinasse uns papéis”.

Concluiu que se fosse um caso grave em dois mil e cinco, nem com o Pinto da Costa se safava.

Terminado o período de debate, o Senhor Presidente da Mesa, colocou à apreciação e votação o ponto em questão, tendo sido aprovado por maioria com nove votos contra e três abstenções, dos membros da bancada do PSD.

3- Período reservado ao Público.

Neste período, ninguém do público manifestou intenção de intervir.

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, cerca das dezassete horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.